

**GT 21 Educação e Relação Étnica Racial****VELHOS DESCONHECIDOS DA HISTÓRIA DO BRASIL E A LEI 11.645/08:  
MUDANÇAS E/OU PERMANÊNCIAS NA TEMÁTICA INDÍGENA NOS LIVROS  
DIDÁTICOS?**

Gleice Keli Barbosa Souza (UEFS)

Cibele Barbosa de Araujo Santana (UEFS)

Instituição Financiadora CAPES

**INTRODUÇÃO**

A instituição da Lei 11.645<sup>1</sup>, que por sua vez ratifica a 10.639/03, traz a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados. A mencionada lei prevê que os conteúdos, referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros deverão ser contemplados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (Art. 26, 1º§ 2º§). Em face do previsto, o presente trabalho tem o objetivo de identificar e analisar o espaço que a temática indígena ocupa na historiografia didática, buscando observar continuidades e/ou rupturas.

Debruçamo-nos na escrita desse texto haja vista a persistência de lacunas e imagens distorcidas para com a história desses povos. Dessa forma, é importante ressaltar a nossa pretensão em suscitar e ampliar a discussão sobre a história dos povos indígenas do Brasil. O antropólogo e historiador Jonh Monteiro discorre sobre a necessidade de estudos sobre essa temática:

---

<sup>1</sup>BRASIL. Lei nº 11.645/2008 de 10 de março de 2008.

[...] cabe uma revisão séria das abordagens vigentes que relegam os índios a um papel fugaz e mal explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo de expansão europeia, não apenas resgatar mais esses “esquecidos” da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa fracassada de erradicar os índios.<sup>2</sup>

O presente estudo pode ser compreendido como uma abordagem qualitativa de caráter bibliográfico documental. Boaventura<sup>3</sup> ressalta que nesse tipo de pesquisa o investigador é o instrumento principal, que examina os dados de maneira indutiva, privilegiando o significado. Consideramos que a utilização de documentos como fonte de pesquisa é de grande importância, devido à extensa possibilidade de informações sobre o contexto histórico no qual estes foram concebidos e utilizados.

A fim de alcançarmos o objetivo proposto, utilizamos como fonte de análise o livro didático de história do Brasil, do autor Alfredo Boulos Júnior, voltado para o ensino fundamental II (6º ao 9º ano), que tem como título *História: sociedade & cidadania*<sup>4</sup>, nas edições de 2008-2010<sup>5</sup> e 2011-2013. As duas edições do material didático de Boulos Júnior foram selecionadas por terem sido produzidas antes e depois da lei 11.645/08, haja vista que a opção pelo recorte temporal é ambientada na busca por promover uma análise mais rica e comparativa.

A escrita foi organizada da seguinte forma: problematização do livro didático como fonte de pesquisa, construção de um breve percurso sobre as imagens construídas sobre os povos indígenas nos primeiros anos de colonização, e a historiografia. No segundo momento fizemos uma análise comparativa entre as distintas edições dos livros didáticos utilizados como fonte de pesquisa no que tange à história indígena.

## O LIVRO DIDÁTICO COMO FONTE DE PESQUISA HISTÓRICA

O livro didático é o material impresso mais utilizado nas escolas do Brasil, sendo em muitas situações o único instrumento de conhecimento, transmitindo informações não só para

<sup>2</sup> MONTEIRO, John M. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís D. B. (org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995, p. 225.

<sup>3</sup> BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

<sup>4</sup> Alfredo Boulos Júnior é Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e Doutor em Educação pela PUC-SP.

<sup>5</sup> Apesar de lei 11.645 ter sido implantada no ano de 2008 os livros didáticos que circularam nas escolas no período de 2008 -2010 foram editados no ano de 2006 e chegaram aos espaços escolares no início de 2008. Logo, a obrigatoriedade de incluir a temática indígena nos materiais didáticos só foi adequada aos livros que foram distribuídos no período de 2011-2013.

crianças e adolescentes, mas, para famílias inteiras. A gratuidade de distribuição nas escolas públicas nacionais reforça a importância do livro didático como um importante instrumento pedagógico mediador do processo de ensino e aprendizagem. Esse protagonismo do livro didático, no sistema escolar brasileiro, foi apontado pelos parâmetros curriculares nacionais:

[...] diante da realidade brasileira, muitas vezes os livros ou manuais didáticos são os únicos materiais de leitura de grande parte da população às informações históricas. Cumprem uma função social importante na difusão do saber letrado, da cultura. [...] um símbolo de comportamento valorizado socialmente<sup>6</sup>.

Desde o século XIX que o livro didático conquistou espaço na construção de saberes nas escolas brasileiras. Mesmo com as críticas e deformações, ele ainda é amplamente utilizado nos espaços escolares, sendo que, em alguns momentos ele figura como um simples recurso mediador do processo de ensino e aprendizagem, em outros, como objeto imprescindível para mediação do conhecimento; é esse protagonismo que aguça a pesquisa histórica e demonstra a potencialidade desse instrumento como fonte. Bittencourt salienta a importância desse instrumento para a educação no Brasil da seguinte forma:

[...] O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho de professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento ensinado pelo professor [...] existem professores que abominam os livros escolares, culpando-os pelo estado da educação escolar. Outros docentes calam-se ou se posicionam de forma positiva pelo auxílio que os livros prestam ao seu dia-a-dia complicado. O livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos<sup>7</sup>.

O que possibilita a utilização desses manuais como fonte de pesquisa é a sua capacidade de demonstrar as rupturas e as continuidades no saber histórico que é destinado ao público escolar e a sociedade como um todo. Segundo Bittencourt, “Ao se considerar o livro como um documento, ele passa a ser analisado dentro de pressupostos da investigação histórica e, portanto, objeto produzido em um determinado momento e sujeito de uma história da vida escolar”<sup>8</sup>. Logo, é preciso salientar que o exercício de utilizar o livro didático como fonte para uma pesquisa histórica perpassa pela concepção de que esse objeto não é só um depositário de conteúdos escolares, mas, um importante transmissor de ideologias e valores, ou mesmo um reproduzidor do saber oficial. Pierre Bourdieu na obra *Razões Práticas* discorre

<sup>6</sup> BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997, p.81.

<sup>7</sup>BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico nasala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.p 72.

<sup>8</sup> BITTENCOURT, Idem. 86.

sobre a utilização que o Estado faz da cultura como elemento unificador, em especial as instituições escolares e o ensino de História:

A cultura é unificadora: o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos [...]“Ao impor e inculcar universalmente uma cultura dominante assim constituída em cultura nacional legítima, o sistema escolar, particularmente através do ensino de história[...] inculca uma verdadeira “religião cívica” e, mais precisamente, os pressupostos da imagem de si”<sup>9</sup>

O livro didático enquanto fonte instiga um processo de investigação por parte do historiador, uma vez que ele pode ser visto como um objeto cultural dotado de uma enorme carga de significados e símbolos. Conforme salienta João Batista Oliveira:

[...] o livro didático é visto como um meio a serviço de um processo geral de transmissão de modos de pensar e agir, modos esses que expressam objetivamente a visão de mundo de um grupo ou de uma classe [...] a autoridade do livro, ou o seu valor tal como é definido, está em sua função expressa de codificar, sistematizar e homogeneizar uma dada concepção pedagógica, que por sua vez traduz uma determinada visão do mundo e da sociedade consubstanciada em ideologias. Enquanto instrumento homogeneizante, os livros devem ser capazes de fornecer uma “base comum” um conjunto de informações que confirmam uma unidade à “classe” de alunos<sup>10</sup>.

A análise dos manuais didáticos de História traz uma contribuição muito importante para o estudo da história da educação brasileira, visto que possibilita a investigação das continuidades e mudanças presentes no sistema educacional e permite observar uma parte da formação da memória nacional. Assim como é um riquíssimo instrumento para perceber como se constrói ideias distorcidas sobre a diversidade de culturas. Tal como Norma Telles chama atenção:

Os manuais de História do Brasil são uma fonte importante no aprendizado de crianças, adolescentes e na formação do Outro. Possuem ainda a autoridade suplementar de ser uma obra escrita [...] Os textos de nossa história desempenham o papel complementar de formadores de um quadro simbólico explicativo da realidade social, da cultura na qual o aluno está inserido, e servem, portanto como fornecedores do referencial para o comportamento dos grupos que vivenciam esta realidade<sup>11</sup>.

<sup>9</sup>BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação; Campinas, SP: Papirus. p. 205 e 206

<sup>10</sup>OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H.M. B. **A política do livro didático**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Summus, 1984.

<sup>11</sup> TELLES, Norma Abreu. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In SILVA, Aracy Lopes da. (Org.). **A questão indígena na sala de aula**: subsídios para Professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1993.p. 73-74.

O crescimento dos estudos sobre a História da Educação trouxe fomento para a utilização do livro didático enquanto fonte de pesquisa. A Nova História cumpriu papel importante no processo de alargar as fontes históricas; ela permite que haja uma percepção da História da Educação como uma área de fundamental importância para se compreender a história nacional, ao mesmo tempo em que possibilita uma enriquecedora análise do processo de construção da sociedade por intermédio das instituições de ensino e de seus agentes mediadores do conhecimento.

### **OS “ESQUECIDOS” DA HISTÓRIA: PRIMEIROS OLHARES E HISTORIOGRAFIA SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL**

Os povos nativos do Brasil têm sido representados nas salas de aula, dispositivos didáticos e na mídia, em grande parte, envoltos em uma esfera de estereótipos, generalizações e ausências. Contudo, essas representações podem ser compreendidas como fruto da própria historiografia brasileira que, com exceção de alguns poucos, recentes e importantes estudos, persistiu na apropriação da máxima proferida, no século XIX, por Francisco Adolfo Varnhagen sobre os indígenas: “de tais povos na infância não há história: há só etnologia”<sup>12</sup>.

O século XVI é o período de invasão europeia na América, o contato com os povos naturais, constantemente permeado pelo eurocentrismo, vai ser mediado por uma plural construção de discursos que na maioria das vezes, inferioriza os indígenas e/ou legitima ações como a escravidão e a tentativa de imposição cultural. Os primeiros olhares têm início com a carta de Pero Vaz de Caminha, que apresenta uma imagem de inocência, nudez e “bestialidade”. O relato de Caminha, apesar de simpático aos indígenas, foi responsável por criar estereótipos e negar a pluralidade cultural dos povos nativos, considerando-os como uma “tabula rasa” que precisava ser preenchida de tal forma que: “imprimir-se-á com a ligeireza neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar”<sup>13</sup>.

Os relatos de Pero de Magalhães Gandavo escritos em 1570 são responsáveis por criar uma ideia dos indígenas vivendo na desordem e no “barbarismo”: “a língua deste gentio toda pela Costa é uma carece de três letras, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de

---

<sup>12</sup> VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. 10ª ed. Integral. São Paulo, EDUSP, 1981, p.30. (1ªed. de 1867)

<sup>13</sup> CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**. Rio de Janeiro, Ed Sabiá. 1968, p. 80.

espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente”<sup>14</sup>.

A fundação do IHGB trouxe como uma das suas principais metas a construção de uma história para a nação brasileira. O Alemão Carl Friederich Von Martius<sup>15</sup> ao escrever sobre a história do Brasil apresenta uma perspectiva pessimista sobre o futuro dos indígenas: “não há dúvida: o americano está preste a desaparecer. Outros povos viverão quando aqueles infelizes do Novo Mundo já dormirem o sono eterno”.<sup>16</sup> O posicionamento evolucionista de Von Martius foi seguido de perto por Varnhagen e alimentou o processo de desprezo para com a história indígena. O evolucionismo do século XIX postulava que “certas sociedades teriam ficado na estaca zero da evolução e que eram, portanto, fósseis vivos”<sup>17</sup>.

A ideia de que os indígenas seriam extintos obteve sucesso no Brasil e encontrou na historiografia extenso apoio. Sobre o pessimismo em relação aos povos indígenas do Brasil a antropóloga Manuela Carneiro faz a seguinte reflexão: “Durante quase cinco séculos, os índios foram pensados como seres efêmeros, em transição: transição para cristandade, a civilização, a assimilação o desaparecimento”<sup>18</sup>.

Os escritores românticos indianistas como Jose de Alencar, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias construía a figura do indígena brasileiro como seres “passíveis de civilização”, todavia, o indianismo acreditava na extinção dos povos nativos. Tal com Francisco Cancela salienta: “[...] literatos românticos iniciaram o movimento indianista que concebia o índio como um símbolo da identidade nacional. Contudo, esse índio não existia mais no Brasil do século XIX, pois os românticos aceitavam a ideia evolucionista do desaparecimento dos povos indígenas.”

A obra de Capistrano de Abreu “*Capítulos de História Colonial*”<sup>19</sup> traz um capítulo dedicado aos indígenas, mas persiste em fazer uma análise mais intensa do ambiente onde se encontrava os nativos, do que, uma história com destaque para estes povos: “[...] mais de 70% das páginas foi destinada para uma análise das condições geográficas do Brasil, tais como,

---

<sup>14</sup>GANDAVO, Pero de Magalhães, **Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz**. São Paulo, Ed. Itatiaia e EDUSP, 1980.

<sup>15</sup>Em 1844 houve um concurso para decidir quem ficaria encarregado de escrever a história da recente nação emancipada. O prêmio coube a Carl Friedrich Philipp Von Martius, naturalista alemão.

<sup>16</sup>MARTIUS, Carl Friedrich. **O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil**. São Paulo: Melhoramento, 1982, p.70.

<sup>17</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da. **Imagens de índios do Brasil: o século XVI**. Revista Estudos Avançados. 4 (10): 91-110, 1990, p. 11

<sup>18</sup>**Ibidem**, p. 80.

<sup>19</sup>ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

localização, hidrografia, clima, relevo e solo.”<sup>20</sup>A escrita de Capistrano persistiu considerando os indígenas como “inferiores” aos europeus, tal como é possível observar nesta passagem: “da parte das índias, a mestiçagem se explica pela ambição de terem filhos pertencentes a raça superior...”<sup>21</sup>

A obra de Caio Prado Junior, considerada um clássico da historiografia, produz uma análise das raças que contribuíram para o povoamento do Brasil, salientando os métodos utilizados pelos portugueses para inserir o indígena no ambiente de exploração colonial. A obra apresenta os povos nativos como uma “raça inferior” que foi submetida facilmente a “impetuosidade característica do português”, sendo desta forma, uma vítima do inexorável processo de dominação europeia. Apesar de produzir o seu trabalho no século XX, Caio Prado continua com o mesmo pessimismo e desprezo evolucionista, para com os indígenas, utilizados por Von Martius no século XIX. Conforme podemos observar:

A população indígena, em contato com os brancos, vai sendo progressivamente eliminada e repetindo mais uma vez um fato que sempre ocorreu em todos os lugares e em todos os tempos em que se verificou a presença, uma ao lado da outra, de raças de níveis culturais muito apartadas: a inferior é dominada e desaparece<sup>22</sup>.

As pesquisas sobre os povos indígenas conquistaram importante espaço nas décadas de 80 e 90 do século XX no Brasil. As mobilizações dos povos nativos em defesa dos seus direitos na escrita da Constituição de 1988<sup>23</sup> e a proximidade das comemorações da “invasão” dos europeus à América foram importantes elementos impulsionadores para que as pesquisas sobre os indígenas fossem ampliadas, apesar de ainda não ter adquirido a intensidade e a quantidade necessária.

Acompanhado o processo de ascensão da história indígena no Brasil, valiosos trabalhos foram produzidos, tais como: História dos Índios no Brasil<sup>24</sup> organizado por Manuela Carneiro em 1992. Trazendo um amplo leque de discussões sobre os povos naturais, através da reunião de 25 artigos que discutem a história dos indígenas de varias regiões do

<sup>20</sup>CANCELA, Francisco, “**Você quer voltar à oca?**”: armadilhas, artimanhas e questões da pesquisa histórica sobre os povos indígenas in: Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 5 – UFGD – Dourados jan/jun 2009.p.15

<sup>21</sup>ABREU, **op.cit**, p.78.

<sup>22</sup>PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colônia. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 106.

<sup>23</sup>No Brasil no início da década de 80, é organizado um movimento indígena forte; que resultou em uma nova postura Constitucional em 1988, abandonando os ideais assimilacionistas e reconhecendo os direitos históricos dos indígenas, como por exemplo, à posse da terra de tradicional ocupação.

<sup>24</sup>CUNHA, Manuela Carneiro da História dos índios no Brasil. 2. ed. 6 reimpressão São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, 2009.

Brasil, também oferece discussões sobre a política indigenista. A obra de Jonh Monteiro<sup>25</sup> de 1994 promove uma análise dos indígenas na construção de São Paulo, como força de trabalho escravo e também as formas de resistência, possibilitando um novo espaço para os povos naturais na história colonial brasileira.

A contribuição de Ronaldo Vainfas<sup>26</sup> em 1995 ao trazer a história indígena no âmbito da resistência cultural, analisando a santidade de Jaguaripe, na Bahia, apresentando a dissimulação e a resistência indígena, além de promover a desconstrução da persistente ideia de imposição cultural europeia uma vez que a obra de Vainfas apresenta o indígena com autoridade na escolha dos aspectos culturais europeus que ele quer incorporar ou negar. O estudo de Ronald Raminelli<sup>27</sup> de 1996 é também de importante contribuição para a história indígena, uma vez que, apresenta o processo de construção de estereótipos e o ambiente de alteridade que envolveu o contato entre indígenas e europeus, além de analisar os discursos de dominação dos colonizadores.

A historiografia brasileira depois de longos anos de desprezo para com as sociedades indígenas vem apresentando um maior interesse em torno dessa temática. Os povos indígenas são um dos principais agentes na busca e ascensão de visibilidade para a construção de sua história, uma vez que, “[...] ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades”<sup>28</sup>.

Em consonância com o trato dispensado pela historiografia aos povos indígenas, a imagem destes nos livros didáticos também desenvolveu de forma lacunar e superficial. Os indígenas começaram a “habitar” os manuais escolares desde o século XIX, sendo apresentado como selvagens antropófagos e/ou estorvos para a colonização. No século XX eles aparecem como símbolo da nacionalidade, afinal a jovem república precisava encontrar as suas “origens”. Logo, os indígenas ganham espaço e passam a ser representados de forma romântica e genérica; são representados como seres estranhos, mas passíveis de civilidade. Tal como podemos perceber nesse pequeno trecho do manual didático de Vicente Tapajós muito utilizado em meados do século XX:

---

<sup>25</sup>MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. 4. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>26</sup>VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>27</sup>RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar, Edusp, 1996.

<sup>28</sup>CUNHA, **op.Cit**, p.20.



[...] Nos aldeamentos os selvagens aprendiam a abandonar a antropofagia, eram afastados das bebedeiras, acostumavam-se a respeitar os outros e a fazerem-se respeitar, tratavam da alimentação, cuidavam do vestuário, da saúde, do corpo, enfim, passavam da escala quase animal em que se encontravam para uma situação melhor deentes civilizados”<sup>29</sup>.

A presença dos povos indígenas nos livros didáticos adentra o século XXI envolta em omissões e informações superficiais. A utilização de um dispositivo legal de imposição que é a lei 11.645 de março de 2008 aparece como uma tentativa de amenizar um problema que se arrasta há séculos. Todavia é patente que se faz necessário provocar e expandir a discussão sobre a história dos habitantes originários do Brasil.

## **A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NO LIVRO DIDÁTICO DE BOULOS JUNIOR**

O presente texto propõe uma análise do livro didático de História: sociedade & cidadania do autor Alfredo Boulos Júnior, as edições de 2008-2010 e 2011-2013. Logo faremos comparações entre as duas edições buscando permanências e/ou rupturas que possam ter sido promovidas em face da instituição da lei 11.645/08. Haja vista que, os livros que foram objeto de análise apresentam edições anterior e posterior a lei.

Na edição de 2008-2010 os povos indígenas aparecem em dois volumes da coleção de Boulos, nos 7º ano e 9º ano. No livro do 7º ano é destinado um capítulo completo com 12 páginas, intitulado da seguinte forma: *Povos indígenas no Brasil*. Já no livro do 9º ano estes povos são citados em apenas um capítulo: *A distensão do Regime Militar: de Geisel a Sarney*, ocupando uma página com o seguinte subcomponente: *A Constituição Federal de 1988*. Nos livros da coleção que discorrem sobre o período monárquico e republicano os indígenas “desaparecem” da história da nação; com exceção é claro da singular página em que fala da Constituição de 1988, da qual foi acima citado.

O livro de Boulos tem como ponto inicial a discussão sobre a diversidade indígena: “[...] o índio genérico não existe. Existem os Caeté, Kaiapó, Yanomami e muitos outros”<sup>30</sup>. O texto ressalta o processo de contato entre europeus e indígenas e salienta a constante luta desses em preservar a sua cultura. Para tanto, traz o exemplo da preservação da linguagem Tupi:

<sup>29</sup>TAPAJOS, Vicente. **História do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1954, p.85.

<sup>30</sup>BOULOS, Júnior, Alfredo. **História: sociedade & cidadania**. 1º ed. São Paulo FTD, 2008. p. 204.

[...] o Tupi era falado e entendido por indígenas, mestiços e colonos portugueses. Temendo que a língua do colonizador fosse substituída pela indígena, o rei de Portugal chegou a proibir o uso do Tupi e a obrigar o uso do português. No entanto, isso não impediu que o português falado no Brasil incorporasse muitas palavras Tupi [...] Hoje, a existência de escolas indígenas, onde as crianças são alfabetizadas por professores indígenas na língua do seu próprio grupo, significa uma esperança de preservação da cultura dessas comunidades.<sup>31</sup>

A narrativa de Boulos apresenta uma imagem genérica dos povos indígenas, uma vez que, o autor não ressalta a existência de outros troncos linguísticos e identificar os espaços ocupados por estes. De modo que a diversidade das nações indígenas é um ponto muito importante para que possamos entender a história desses povos.

A escravidão das várias nações indígenas aparece no texto de Alfredo Boulos. Todavia, de forma lacunar e superficial. Tendo em vista que durante séculos os indígenas tenham sido rotulados de preguiçosos, e que essa ideia aparece entranhada no senso comum, o texto Boulos não desconstrói esse rótulo e apresenta a escravidão indígena no Brasil, apenas no século XVI. “Nos engenhos de açúcar durante boa parte do século XVI, predominou a mão-de-obra indígena”<sup>32</sup>. O livro de Boulos não acompanhou trabalhos historiográficos como os de Jonh Monteiro que contextualizam a escravidão indígena além dos engenhos de açúcar do século XVI e apresenta importante relevância no século XVII para a economia do planalto paulista e o Brasil como um todo. Tal como podemos perceber no seguinte trecho da obra *Negros da terra* de Jonh Monteiro: “na segunda metade do século XVII, o preço de um índio já adaptado variava entre 20\$000 e 25\$000, ao passo que os índios recém-egressos do sertão eram vendidos ou leiloados por 4\$000 ou 5\$000.”<sup>33</sup>

Os conflitos entre indígenas e religiosos não é apresentado no livro didático de Boulos, haja vista, que já foram produzidos muitos trabalhos acadêmicos sobre a resistência cultural, os conflitos com a imposição da religião católica e a reação das diversas nações a esse processo. Todavia o livro de Boulos traz uma visão dos indígenas como sujeitos ativos na busca por seus direitos. O referido autor, nesse aspecto, demonstra uma ruptura da constante imagem dos indígenas como sendo as eternas e passivas vítimas do processo de colonização europeia. No tópico denominado de *A força indígena*, é possível perceber a autonomia desses povos:

---

<sup>31</sup> *Ibidem*, p.206.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.209.

<sup>33</sup> MONTEIRO, *op.Cit*, p.156.

Durante muito tempo, afirmou-se que o contato com “civilizado” levaria os povos indígenas ao desaparecimento. Hoje os próprios indígenas discordam disso e dizem que acreditam em si e na sua sobrevivência [...] a população indígena vem crescendo. Hoje ela é superior a 550 mil pessoas<sup>34</sup>, agrupadas em 235 povos. [...] A luta dos povos indígenas não tem sido em vão. Com a constituição Federal de 1988, deram um passo importante como sujeitos de sua própria história<sup>35</sup>.

Boulos Junior ao apresentar os povos indígenas como sujeitos da história contemporânea colabora com a desconstrução de uma imagem engessada e há muito tempo propagada de que estes povos estariam desaparecendo. A questão do território aparece no texto de Boulos, com o seguinte subtítulo: *A luta pela terra*. Esta questão é destacada em apenas, nove linhas:

Nos últimos anos, o tamanho da terra indígena a ser demarcada tem provocado disputas acirradas: de um lado estão às lideranças e seus aliados, de outro, empresários, fazendeiros e investidores. Um argumento muito comum usado por estes últimos é o de que no “Brasil há muita terra para pouco índio”. Um outro problema é que mais de 80% das áreas demarcadas vêm sendo invadidas por garimpeiros, madeireiros, fazendeiros e posseiros. Boa parte dessas invasões é feita por grupos econômicos poderosos, que cobiçam as riquezas encontradas nas áreas indígenas.<sup>36</sup>

Tal como é possível interpretar, o autor traz uma frágil exposição sobre a questão do território. O autor não elenca a conveniência e os interesses estatais, que muitas vezes estão envolvidos em questões territoriais indígenas; aliado a esse posicionamento, o texto de Boulos traz uma informação vulgar: “muita terra para pouco índio” e ratifica a mesma, pois o ínfimo texto não tem informações suficientes para desconstruir tal afirmação.

A edição de 2011-2013 apresenta a história indígena no 7º e no 9º ano, o que de imediato permite pensar que a instituição da lei 11.645 não ampliou a história indígena, pois, a história imperial e republicana do Brasil permanece não sendo “terreno” dos povos nativos. Assim como a edição de 2008, anterior à lei, o texto didático não apresenta uma continuidade histórica dos povos nativos, essa história aparece em pequenos capítulos deslocados e com informações lacunares.

O livro do 7º ano traz a história indígena no capítulo 12 com o seguinte título: *Os Tupi e os portugueses: encontros e desencontros* composto por dez páginas. O termo encontro já conota um ambiente amistoso, que por muito tempo foi concebido como verdade, mas que a historiografia atual já consegue desconstruir e mostrar que na verdade aconteceu uma

<sup>34</sup> O autor utiliza o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) como fonte para os dados sobre o crescimento vegetativo das populações indígenas e fornece o endereço da página: [www.cimi.org.br](http://www.cimi.org.br)

<sup>35</sup> BOULOS, *op.Cit*, p. 213.

<sup>36</sup> BOULOS, *op.Cit*, p. 211

invasão que trouxe desastrosas consequências para os povos indígenas. O livro do 9º apresenta um subtópico sobre os povos indígenas, este é intitulado de: *Povos indígenas hoje*, sendo organizado em três páginas compondo um capítulo maior que possui o título de: *O Brasil na nova ordem mundial*. Diferente do livro do 9º ano anterior à lei este apresenta a história contemporânea indígena em uma única página.

A história apresentada por Boulos nessa edição se restringe aos povos do tronco Tupi, diferente da edição anterior que apresentava diversidade indígena, apesar de não haver um maior aprofundamento do assunto. O texto didático de Boulos da edição de 2011-2013 é muito parecido com a edição anterior, a escravidão e a resistência continuam ocupando um lugar muito pequeno no texto. Nessa edição elas aparecem em apenas um parágrafo:

As armas de fogo empregadas pelos europeus nas guerras de conquista causaram muitas mortes de indígenas; mas as doenças trazidas pelos europeus mataram mais do que as armas.

Houve ainda indígenas que morreram trabalhando como escravos ou resistindo à escravidão a que foram submetidos pelos europeus. Enfim, as doenças as armas de fogo e o trabalho forçado causaram elevada mortandade entre os indígenas.<sup>37</sup>

A exposição sobre os povos indígenas no livro didático é muito superficial, a escravidão não é problematizada, as diferentes formas de reagir também não aparecem. A narrativa didática da edição 2008-2010 é mais detalhista do que a 2011-2013. O que nos faz perceber que a obrigatoriedade de trazer esta história tem sido respeitada, entretanto a qualidade com a qual ela vem sendo apresentada está muito distante do conhecimento que vem sendo produzido e publicado por historiadores e antropólogos.

No subtópico que recebe o título de “encontro” o autor mantém a enfadonha narrativa sobre a chegada dos europeus e os primeiros contatos com os povos indígenas. O autor não se esmera em discutir sobre alteridade e continua descrevendo este tão problematizado momento histórico de forma caricata:

Os povos tupis expandiram-se pelo litoral quando a esquadra de Cabral chegou à atual cidade de Porto Seguro, na Bahia, em 22 de abril de 1500. O que será que os Tupiniquim pensaram quando viram os portugueses chegando às terras habitadas por eles?

Os Tupiniquim estranharam quase tudo: as enormes embarcações, as roupas, as botas, os chapéus, as armas de fogo, os gestos e os olhares daqueles homens de pele branca

---

<sup>37</sup> BOULOS, Júnior, Alfredo. **História: sociedade & cidadania**. São Paulo FTD, 2011. p. 231.

O texto didático de Boulos Júnior, ainda, apresenta um pequeno subtópico intitulado de “Contribuições indígenas”, como o próprio título denota, o autor apresenta as contribuições destes povos para o Brasil. A leitura parece informar sobre o legado de um povo que já não existe mais, é como se os indígenas não fizessem parte da atual sociedade, da história brasileira como um todo e como “herança” deixaram alguns hábitos. Tal como podemos perceber na leitura desse trecho:

As principais plantas de que a humanidade se alimenta foram descobertas e domesticadas pelos ameríndios. [...] Outra importante contribuição dos indígenas foram as plantas medicinais e estimulantes que se espalharam pela terra e fizeram a fortuna de indústrias dos países do primeiro mundo...<sup>38</sup>

O referido subtópico discorre sobre o crescimento vegetativo das nações indígenas, a luta pela terra e o crescimento do acesso de indígenas a escola de forma aligeirada, em apenas três páginas. A lei 11.645 é apresentada pelo autor como uma das conquistas dos povos indígenas:

[...] Uma dessas conquistas foi o estabelecimento das normas de funcionamento das escolas indígenas. As escolas indígenas devem ajudar o aluno indígena a consolidar sua identidade, valorizar sua língua, sua história [...] Recentemente, povos indígenas obtiveram outra conquista: a lei n. 11.645 de 2008, tornou obrigatório o estudo da cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, públicas e particulares de todo o Brasil.

O livro do nono ano propõe uma discussão sobre os povos indígenas hoje. Na edição de 2011-2013 o autor utiliza dos questionamentos e informações que estavam expostas no livro do 7º ano da edição de 2008-2010 e traz a falsa percepção de que a história indígena ganhou mais espaços no seu material didático.

O livro didático de Alfredo Boulos Júnior apresenta mudanças positivas sobre as discussões sobre as sociedades indígenas, ao representar a luta desses povos em preservar as suas identidades e buscar os seus direitos. Todavia, esse material ainda apresenta uma análise superficial ao mesmo tempo em que perpetua silenciamentos que precisam ser reparados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo do texto tentamos refletir sobre o espaço ocupado pela história indígena nos livros didáticos de história do autor Alfredo Boulos Junior, em edições de distintos

---

<sup>38</sup>BOULOS, op.Cit, p. 211

períodos 2008-2010 e 2011-2013, em face da instituição da Lei 11.645/08 que traz a obrigatoriedade do estudo da cultura indígena nas escolas brasileiras.

Diante do exposto, fica patente que consideramos os livros didáticos como um rico instrumento de investigação histórica ao mesmo tempo em que ponderamos que essa fonte de pesquisa nos permite perceber um reflexo da sociedade que o elaborou e fez uso, sendo possível investigar quais os propósitos e ordenamentos estão sendo encobertos pelas imagens e discursos veiculados e ou/ escamoteados por esse objeto.

Ao fazer um breve percurso sobre os primeiros olhares e a historiografia sobre a história dos habitantes originários do Brasil, é possível perceber a origem do silenciamento e extensa omissão que permeia a história desses povos. Deste modo, o sancionamento da lei 11.645/08 pode ser entendido com um possível elemento de superação dos persistentes problemas que dificultam o ensino e aprendizagem da história indígena. Entretanto a análise que fizemos demonstra que a referida lei consegue ampliar a participação da história indígena nos manuais, mas não garante que essa inclusão seja feita de maneira contundente e valorativa. Ressaltamos, por fim, a necessidade de que a história dos povos indígenas do Brasil possa ocupar espaço na construção de saberes de estudantes de todo o país, haja vista a necessidade de preservação da memória histórica e da cultura destes povos.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.p 72.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BOULOS, Júnior, Alfredo. **História: sociedade & cidadania**.São Paulo: FTD, 2008. p. 204.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: História/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. p.81.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta a El Rey Dom Manuel**. Rio de Janeiro: Ed Sabiá. 1968.

CANCELA. Francisco. “Você quer voltar à oca?”: armadilhas, artimanhas e questões da pesquisa histórica sobre os povos indígenas.**Revista História em Reflexão**, Dourados, v.3, n. 5, jan./jun. 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, FAPESP, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de índios do Brasil: o século XVI.**Revista Estudos Avançados**,v.4, n.10, p. 91-110, 1990.

GANDAVO, Pero de Magalhães, **Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz**. São Paulo: Ed. Itatiaia; EDUSP, 1980.

MARTIUS, Carl Friedrich. **O Estado de Direito entre os Autóctones do Brasil**. São Paulo: Melhoramento, 1982.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONTEIRO, John M. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy L. GRUPIONI, Luís D. B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 225.

OLIVEIRA, J. B. A.; GUIMARÃES, S. D. P.; BOMÉNY, H.M. B. **A política do livro didático**. Campinas: Unicamp; São Paulo: Summus, 1984.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 106.

RAMINELLI, Ronald. **Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Zahar; Edusp, 1996.

TAPAJOS, Vicente. **Historia do Brasil**. 10. ed. São Paulo: Nacional, 1954, p.85.

TELLES, Norma Abreu. A imagem do índio no livro didático: equivocada, enganadora. In SILVA, Aracy Lopes da (Org.). **A questão indígena na sala de aula**: subsídios para Professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Brasiliense, 1993.p. 73-74.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. 2. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

VARNHAGEN, F. A. **História Geral do Brasil**. 10.ed. Integral. São Paulo: EDUSP, 1981.